



XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

GT-11 – Informação & Saúde

(DES)INFORMAÇÃO EM SAÚDE: O AUTISMO NO ESPELHO DA CLASSIFICAÇÃO

(MIS)INFORMATION IN HEALTH: THE AUTISM IN THE CLASSIFICATION MIRROR

Fernanda Valle – Universidade Federal do Rio de Janeiro - IBICT

Gustavo Saldanha – Universidade Federal do Rio de Janeiro - IBICT e UNIRIO

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: De acordo com a Organização Mundial da Saúde, uma em cada 160 crianças, é autista. Apesar de todo progresso científico incontestável, o Transtorno do Espectro do Autismo desafia diversas áreas do saber. Sem consenso sobre sua causa e múltiplas consequências atestadas no desenvolvimento humano, o autismo instiga a Ciência da Informação a se tornar agente importante na compreensão dos fenômenos informacionais no campo, especialmente em relação à organização e à representação do conhecimento. Em pesquisa documental preliminar, verificou-se escassez de fontes sobre o domínio em Ciência da Informação, indexadas como produção brasileira, além de frágeis relações terminológicas em vocabulários controlados relevantes para o tema, como a Classificação Decimal de Dewey, Classificação Decimal Universal e descritores em Ciências da Saúde. A ausência de informação em saúde no domínio do autismo no contexto das linguagens documentárias sustenta, pois, a hipótese da pesquisa relacionada à produção de desinformação sobre o tema, dada a impossibilidade de recuperação da informação. Nessa direção, o presente trabalho, que integra pesquisa mais ampla, propõe uma reflexão teórica sobre os conceitos de poder, classificação e identidade. A partir da teoria crítica da classificação, discutiu-se a construção dos discursos identitários, a definição ontológica do ser e as classificações científicas em saúde.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento; Classificação; Autismo.

Abstract: In accordance with the World Health Organization, one in 160 children is autistic. Despite all undoubted scientific progress, the Autism Spectrum Disorder challenges many areas of knowledge. Without consensus on its cause and multiple consequences attested in the human development, the autism instigates the Information Science to become an important agent to understand the informational phenomena from the field, especially in relation to the representation and knowledge organization. Based on preliminary documentary research, was observed that there was a paucity of sources on the domain indexed as Brazilian production in the field of Information Science, and in addition to fragile terminological relationships in controlled vocabularies relevant to the theme, such as Dewey Decimal Classification, Universal Decimal Classification and Health descriptors. The lack of health information in autism domain in the context of documentary languages supports, therefore, the hypothesis related to the production of misinformation on the subject, given the impossibility of information retrieval. In this sense, this paper which integrates a broader research, proposes a theoretical debate about the concepts of power, classification and identity. From the critical theory of classification, was discussed the construction of the cultural identities, the ontological definition of human being and the scientific classifications in health.

Keywords: Knowledge Organization; Classification; Autism.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro do Autismo, também traduzido como Transtorno do Espectro Autista (TEA), tem sido motivo de grande debate no Brasil e no exterior. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma em cada 160 crianças, está dentro do espectro autista¹. Somente nos Estados Unidos, a prevalência é de uma para 59² pessoas para a mesma proporção. Na contramão, encontram-se lacunas estatísticas, de informação, de classificação, capacitação profissional e políticas públicas para o indivíduo com autismo e orientem seus cuidadores em uma sociedade democrática.

Segundo os Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC)³, as estimativas podem variar de acordo com a fonte de dados, além dos métodos de coleta e análise. Como a sociedade brasileira ainda não conta com estatísticas oficiais sobre essa população, os projetos científicos e as políticas públicas, sociais ou educacionais por aqui trabalhados se baseiam em dados europeus e estadunidenses, que podem limitar e enviesar premissas científicas contextualizadas e localmente generalizáveis.⁴

Deste modo, consolida-se o espectro potencial e material de um ciclo de desinformação na sociedade, hipótese sustentada pela ausência de construtos mediadores para o acesso adequado, contextualizado e atualizado da informação em saúde no domínio do autismo. Trata-se de um contexto classificatório: a condição do ser sustentada pela possibilidade da linguagem abrigar a experiência ontológica a partir dos sistemas de classificação. Na trilha de uma construção ontológica, de fundo wittgensteiniana (WITTGENSTEIN, 1979), do sujeito dentro da e orientado para a linguagem, e no curso da teoria crítica da organização do conhecimento para espaços marginalizados, segundo Hope Olson (1998), essa pesquisa coloca a inflexão da condição do indivíduo autista no contexto

¹ Dados de 2017. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders> Acesso em: 13 jul. 2019.

² Dados de 2018. Disponível em: <https://tismoo.us/destaques/cdc-divulga-novos-numeros-de-autismo-nos-eua-1-para-59/> Acesso em: 13 jul. 2019.

³ Dados disponíveis em: <https://www.cdc.gov/ncbddd/autism/data.html> Acesso em: 23 jul. 2019.

⁴ Em novembro de 2016, a deputada federal Carmen Zanotto (PPS/SC) apresentou uma proposta que, se tivesse sido aprovada, tornaria obrigatória a coleta de informações sobre as pessoas autistas a partir de 2018. No entanto, devido ao prazo de tramitação nas comissões parlamentares, o projeto só foi sancionado pela presidência da república em julho de 2019. Dessa maneira, os primeiros dados sobre autismo no Brasil serão divulgados com a publicação do censo que será aplicado em 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

social da (des)informação em saúde, domínio dependente de instrumentos de classificação para relacionar sujeitos, ações, coisas e palavras.

Conforme as pesquisas científicas avançam e as particularidades do desenvolvimento humano são desvendadas, as classificações científicas de doenças são revistas e mais pessoas podem se enquadrar (ou serem excluídas) em algum diagnóstico médico-científico. O desconhecido recebe um nome e um *corpus* descritivo de sintomas. Consequentemente, como afirma o diretor do Programa de Células-Tronco da Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos, o brasileiro Alysson Muotri, “o futuro do autismo é o fim do autismo”⁵ – ou seja, sua abertura como categoria classificada e distribuída, porém não anulada; tal fala não reflete necessariamente a cura do autismo, e, sim, que o espectro, como uma classe ampla, poderá ser destrinchado em síndromes únicas, com identificadores genéticos mapeados.

Nesse horizonte, este trabalho, que integra pesquisa mais ampla de tese de doutorado, tem como objetivo refletir sobre os impactos sociais e científicos que atravessam as classificações de doenças e as contribuições da Ciência da Informação (CI), enquanto ciência social aplicada, para os estudos sobre TEA. Sob uma base teórica, a partir da análise dos conceitos de classificação, poder, normalidade, identidade e lugar de fala, que permeiam tanto os desafios classificatórios quanto o próprio domínio estudado (principalmente no que tange à linguagem, matéria-prima da comunicação e da informação), pretendeu-se responder à seguinte pergunta: de que forma o TEA está representado nos sistemas de organização do conhecimento no campo da saúde no Brasil?

Com efeito, faz-se importante justificar a matriz teórica aqui adotada. É sabido que os métodos arqueológico e genealógico propostos por Michel Foucault apontam a descontinuidade da história, e, logo, dos conceitos cunhados e perpetuados pelos campos do conhecimento – dentre eles, o próprio conceito de saúde. Portocarrero (2009) explica que a descoberta de seres microscópicos, como os micróbios, por Louis Pasteur, impactou a noção de vida e também de saúde, visto que objeto do saber se tornou empírico e agora era “preciso penetrar nos corpos para conhecê-los” (PORTOCARRERO, 2009, p.18). De um lado, a medicina clássica, onde os seres vivos e as doenças eram elementos abstratos. De outro, a biologia inaugurando uma outra medicina: “a vida empírica, concreta e a doença no corpo concreto

⁵ Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2018/09/o-futuro-do-autismo-e-o-fim-do-autismo-projeta-neurocientista-10585090.html> e <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/blog/espiral/post/o-fim-do-autismo.html> Acesso em: 10 jul. 2019.

do indivíduo” (p.19). Nesse sentido, o corpo foi reordenado a partir de partes, sistemas e funções – esse olhar é o fio condutor que resultará nas classificações científicas de saúde, utilizadas atualmente.

Autores como Georges Canguilhem, Bruno Latour e Michel Foucault, cada um a seu modo, argumentam sobre a constituição das ciências da vida enquanto manutenção discursiva. No âmbito da CI, especialmente em Bernd Frohmann, encontramos o debate sobre o caráter material da informação. Apoiado na densa dissertação foucaultiana, Frohmann (2006) explica que a materialidade é o que permite o fluxo e a consolidação dos enunciados e, conseqüentemente, dos discursos, em uma dada sociedade.

Nessa perspectiva, Frohmann (2006) aponta que a materialidade está associada à documentação cujos canais são constituídos pelos sistemas que a permeiam: classificação, catalogação, indexação, sistemas de organização do conhecimento. Tal materialidade, que não advém nem produz neutralidade, conforme a tese foucaultiana, pode ser avaliada pela sua institucionalização, isto é, pela existência de práticas, processos, documentos, regras, leis e suas respectivas formas de utilização.

Nessa direção, o enfoque teórico proposto para o presente estudo permite pensar tanto o campo da saúde quanto o campo da classificação a partir de aspectos políticos, culturais e sociais, adentrando assim a experiência teórico-empírica da classificação em saúde – não necessariamente para debater a gênese do transtorno estudado (nesse caso, o autismo), mas ter em conta que os discursos podem afetar a construção de sistemas de organização do conhecimento, como as linguagens documentárias. Foram adotados, preferencialmente, na discussão sobre poder e linguagem, Michel Foucault, Ludwig Wittgenstein e Djamila Ribeiro. No âmbito do conceito de classificação, Hope Olson, García Gutiérrez e Daniel Martínez-Ávila. Para tratar sobre a dimensão antropológica e cultural, Lila Abu-Lughod, Kathryn Woodward e Stuart Hall. Já no contexto do pensamento e da linguagem, Carl Jung e Lev Vygotsky.

Em relação aos procedimentos metodológicos, um dos primeiros passos foi averiguar, de maneira geral, quantas ocorrências sobre o domínio estudado estão registradas nas principais bases de dados que reúnem a produção científica em CI. A despeito da amplitude temática, da proximidade conceitual e das possibilidades de aplicação prática do TEA no

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

âmbito da CI, constatou-se a escassez de fontes e, principalmente, de (meta)fontes (como linguagens documentárias) no Brasil nessa área do conhecimento⁶.

Sem considerar filtro temporal ou segmentar por tipo de documento nos descritores de busca, pesquisamos pelos termos “*autism*”, “*autista*”, “*autismo*”, “*Transtorno do Espectro Autista*”, “*Transtorno do Espectro do Autismo*”, “*Transtorno Autístico*”, “*Autism Spectrum Disorder*”, “*Asperger*” e “*Síndrome de Asperger*” nas bases *Web of Science* e *Scopus*, no Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no repositório Benancib, que indexa os anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib), na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) e nos anais de eventos do capítulo brasileiro da *International Society of Knowledge Organization*, principal ator no campo da organização do conhecimento no País. Como consulta preliminar, o objetivo foi investigar se tais descritores foram trabalhados no título, corpo, resumo ou palavras-chave dos documentos em CI, especialmente as produções brasileiras. Encontramos os seguintes resultados:

Quadro 1: Resultados de análise quantitativa preliminar sobre TEA

Termo	<i>Web of Science</i>		<i>Scopus</i>		<i>Benancib</i>	<i>Brapci</i>	<i>Catálogo Capes</i>	<i>Anais da ISKO Brasil</i>
	Geral	Brasil	Geral	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil
Autismo	19	07	502	146	07	04	0	0
<i>Autism</i>	63.541	0	72.453	942	07	02	0	0
Autista	10	03	284	66	02	04	0	0
<i>Autistic</i>	15.653	233	28.918	399	0	0	0	0
Transtorno do Espectro do Autismo	0	01	21	19	0	01	0	0
Transtorno do Espectro Autista	0	01	23	22	0	03	0	0
Transtorno Autístico	0	0	07	06	0	0	0	0
<i>Autism Spectrum Disorder</i>	19.424	211	29.437	379	0	0	0	0
Asperger	6.748	39	5.872	59	01	0	0	0
Síndrome de Asperger	0	0	55	07	0	0	0	0

Fonte: Adaptada pelos autores a partir dos resultados encontrados nas bases de dados.

⁶ Dados consultados em 08 ago. 2019.

Apesar do termo mais amplo, *autism*, em inglês, apresentar o maior número de itens na base *Scopus*, a produção brasileira representa apenas 1,3% do total. A partir da busca realizada, somente na base *Web of Science* constatou-se 186 itens indexados explicitamente como *Information Science/Library Science*. Artigos e autores da CI podem ter produzido documentos em outros campos e tais resultados estarem diluídos em áreas classificadas como multidisciplinar, interdisciplinar ou mesmo na Ciência da Computação. Apesar dessa hipótese, consideramos que os resultados apontam para um cenário quantitativo escasso na CI sobre TEA. Importa salientar que, no Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, houve resultados a partir dos termos pesquisados, porém nenhum documento de CI foi encontrado na área de avaliação vigente, “Comunicação e Informação”. Por isso, no quadro acima, consideramos o número zero. Como o objetivo deste trabalho não era realizar uma revisão sistemática de literatura, não refinamos a busca – apenas verificamos o quantitativo a partir de termos amplos. Sendo assim, observamos que, na dita sociedade da informação e na era da chamada Ciência de Dados, na Ciência da Informação brasileira, o autismo opera no seio da opacidade.

O segundo passo foi verificar a existência de vocabulários controlados sobre TEA em língua portuguesa: a presença do domínio nos principais descritores em ciências da saúde, DeCS e MeSH, que orientam importantes bases de dados no mundo, como LILACS e MedLine, e, por fim, as categorias da Classificação Decimal de Dewey (CDD) e da Classificação Decimal Universal (CDU), sistemas que orientam a indexação de documentos bibliográficos.

Em relação à estrutura, além da introdução até aqui exposta, o item 2 privilegia o debate sobre a linguagem e sua articulação com a cultura. No item 3 apresentamos o contexto histórico do domínio analisado (TEA) e, por fim, na quarta parte, ganha força a discussão sobre a teoria crítica da classificação.

2 LINGUAGEM COMO REGIME DE SER E DE PODER

No fim dos anos 1970, a antropóloga estadunidense Lila Abu-Lughod realizou um trabalho etnográfico em uma tribo de beduínos assentada nas proximidades do deserto ocidental africano que utilizava a poesia como um sistema de comunicação. E, como todo sistema, havia regras específicas: poderia ser um instrumento de discursos políticos, como ser utilizada para exprimir questões comuns a qualquer ser humano - os sentimentos e as emoções. Alguns poemas deveriam ser recitados em ambientes e cerimônias formais, como

casamentos ou funerais; outras, em situações do cotidiano. Para cada contexto, uma forma, uma estrutura e um significado.

Os poemas de segundo tipo, improvisados de acordo com o contexto, são os que mais importam para esse ensaio: a poesia não planejada era o veículo de expressão de sentimentos que não poderiam ser expressos na vida comum. O foco da autora foi entender a relação entre experiências e sentimentos, em especial os dilemas emocionais, aparentemente incoerentes, expressos pela poesia lírica e livre, em contraponto ao código de honra, o comportamento estruturado cotidiano, notadamente conservador. Assim, Abu-Lughod (1992) ensina uma das premissas da antropologia cultural: cada modo de expressão pode ser considerado um discurso distinto sobre a vida pessoal e diferentes formas culturais podem construir diferentes conjuntos de sentimentos – resultados tais coerentes com as especulações desenvolvidas por Wittgenstein (1979) nos anos 1930 sobre o modo como as relações sociais se constituíam através de “jogos de linguagem”, a saber, usos não arbitrários, porém tecidos sob regras especificadas em cada contexto, da linguagem em distintas comunidades.

Nesse horizonte, reconhecer os diferentes grupos sociais nos aproxima e, ao mesmo tempo, nos afasta da ideia de naturalidade. Onde começa o sujeito e termina a cultura? O que é natural? Natural seria sinônimo de biológico? Como pensar sobre natureza e naturalidade se todos estamos imbuídos e imersos em determinado conjunto de sinais, símbolos e significados? Os questionamentos estão no centro da produção de sentidos sob uma via sociocultural tecida nos trabalhos de Olson (1998, 2000), García Gutiérrez (2011) e Martínez-Ávila e García Gutiérrez (2014).

Um dos objetivos da pesquisa antropológica é identificar comportamentos, ideias, emoções, modos de ser universais. Com efeito, ao estabelecer categorias e hierarquias, a antropologia organiza conhecimento e busca responder às perguntas basilares dos estudos informacionais: quem, por quê, como, para quem e com que fim se classifica? Langridge (1977) afirma que “sem classificação não poderia haver nenhum pensamento humano, ação e organização que conhecemos”, pois “a classificação transforma impressões sensoriais isoladas e incoerentes em objetos reconhecíveis e padrões recorríveis” (LANGRIDGE, 1977, p. 11).

Nesse horizonte, no prefácio do livro “As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas”, Foucault (2002) explica que o princípio classificatório do mundo é feito a partir de semelhanças e diferenças - por isso, sempre haverá um agente classificador e algo a

ser classificado. Entende-se também que se classifica a partir de objetos já conhecidos e, portanto, nomeados. Nesse processo, conclui-se impossível alcançar a totalidade. Essa é, pois, a centralidade de uma dada *cultural foundation of classification* (OLSON, 2001), ou seja, a condição de uma construção cultural do modo como a realidade classificada condiciona e confere existência aos sujeitos.

Kathryn Woodward e Stuart Hall (2014), apoiados na corrente teórica dos estudos culturais, explicam que as identidades constroem significados por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos que a representam. Essa representação simbólica visa à classificação do mundo e suas relações – pauta central de García Gutiérrez (2011) e Olson (1998, 2001) na compreensão da classificação dentro dos estudos informacionais. Woodward e Hall (2014) demonstram que a identidade é relacional e, para existir, necessita de algo fora dela, ou seja, outra identidade. Como os autores anteriormente comentados, com Woodward e Hall constatamos que as identidades também se distinguem pelo que não são, isto é, marcam-se pela diferença, conceito amplamente explorado pela pesquisa olsoniana em informação (OLSON, 1998, 2000, 2001).

De maneira complementar, Jung (2016) explica que a linguagem humana é cheia de símbolos, sinais e imagens sem sentido intrínseco, mas, que “alcançaram, pelo seu uso generalizado ou por intenção deliberada, significação reconhecida e [...] servem apenas para indicar os objetos a que estão ligados” (JUNG, 2016, p.18).

O propósito de Foucault (2002), Jung (2016), Abu-Lughod (1992), Kathryn Woodward e Stuart Hall (2014) é demonstrar que os modos de vida são consenso e fruto de negociação entre os atores envolvidos em determinado grupo social, assim como, em organização do conhecimento, podemos observar no pensamento de autores como Hope Olson (2000) e García Gutiérrez (2011) a ênfase na construção social das relações entre sujeitos a partir da classificação, com foco na identificação, no reconhecimento e na visibilidade de domínios silenciados. Isso inclui não apenas características físicas e suas adjetivações, como também os modos de sentir, de pensar e de se expressar.

A comunicação se dá em variados níveis e por múltiplos canais, a começar pelos cinco sentidos básicos. Todavia, para Jung (2016), o indivíduo é incapaz de absorver uma coisa por completo. Ele pode ver, ouvir, tocar e provar. Mas “a que distância pode ver, quão acuradamente consegue ouvir, o quanto lhe significa aquilo em que toca e o que prova, tudo isso depende do número e da capacidade dos sentidos” (JUNG, 2016, p.21). Salienta também

que a significação é sempre individual, apesar dos sujeitos compartilharem os mesmos códigos culturais. Os indivíduos são semelhantes, porém únicos, tanto no que diz respeito à biologia quanto ao pensamento e à linguagem.

Regras, leis, sinais e gestos são códigos que regulam o tecido social. Vimos com os autores supracitados que a realidade não é algo dado, que exista por si só. Para eles, vindos de áreas diferentes do saber, junto dos pesquisadores em CI, os elementos que formam a chamada realidade são construídos e interpretados pelos sujeitos a partir dos símbolos, construídos por via da linguagem, meio pelo qual se manifesta a cultura. As coisas do mundo só existem a partir do momento em que o sujeito pode senti-las, expressá-las e descrevê-las por meio da linguagem. Ou seja, o uso antecede o significado, conforme a filosofia wittgensteiniana (WITTGENSTEIN, 1979). Dessa maneira, não existe linguagem sem contexto, nem comunidade. No entanto, pensar e falar não são sinônimos.

É frutífero neste ponto ao debate resgatar os estudos de Vygotsky (1991) no que concerne ao desenvolvimento infantil, comumente relacionados os conceitos de pensamento e linguagem. Para o autor, [...] é no significado da palavra que o pensamento e a fala se unem em pensamento verbal (VYGOTSKY, 1991, p.4).

Portanto, toda e qualquer linguagem também é e será situada. Nesse novo de classificações, pautado na mecânica de similitudes, diferenças, inclusão e exclusão, encontram-se os transtornos mentais. O que determina um sujeito como normal perante sua sociedade: o que ele pensa, o que sente ou como se comporta? O que define uma pessoa? Nos estudos informacionais com foco na classificação, a “normatividade do normal”, hierárquica e excludente em seus princípios, é justamente o foco crítico antevisto por Olson (1998) e García Gutiérrez (2011).

A tônica desse limite, ou seja, o que é normal – uma identidade padrão - quem dá é a sociedade enquanto um campo de disputas e consensos. Woodward (2014, p.8-9) cita dez aspectos que regem a construção das identidades a partir da diferença: 1) a identidade demanda conceitualização, 2) comumente, a identidade requer reivindicações essencialistas sobre quem pertence ou não a determinado grupo, ou seja, identidade como essência imutável, 3) algumas dessas reivindicações têm por base a natureza, como classificações étnicas ou relações de parentesco. Aqui também nasce a identidade como elemento fixo, 4) a identidade é relacional e simbólica, 5) será vinculada a condições sociais e materiais, 6) as dimensões simbólica e social são processos distintos, mas ambos constroem e realizam a

manutenção das identidades – orientam as práticas sociais, 7) a conceitualização das identidades têm relação direta com os sistemas classificatórios e suas hierarquias. É o que vai separar o “eu” do “outro”, o “nós” do “eles”, 8) como todo sistema classificatório, algumas classes terão mais peso do que outras, obscurecendo algumas subclasses. Por exemplo: a afirmação da identidade nacional pode ter valor maior do que a afirmação religiosa, de classe ou de gênero; 9) logo, as identidades nunca são unificadas e podem apresentar contradições entre o nível coletivo e o âmbito individual e 10) o motivo dos indivíduos assumirem determinada identidade se explica pela dimensão psíquica que se entrecruza com o simbólico e o social.

Em síntese, retomando nos estudos informacionais a base teórica de Olson (2000) e García Gutiérrez (2011), as classificações não apenas organizam os sujeitos nos grupos sociais e entre si, mas constroem discursos sobre cada representação estabelecida. Mas, se normalidade não existe em si mesma e as classificações no mundo contemporâneo são realizadas a partir de semelhanças e diferenças, como incluir o indivíduo em determinada classificação cuja etiologia é desconhecida e as manifestações clínicas são múltiplas e podem variar de pessoa a pessoa? Quais os riscos de consolidar identidades essencialistas no campo da saúde? Articulemos, pois, tais questionamentos no âmbito da classificação do Transtorno do Espectro do Autismo.

3 DIAGNÓSTICO: AUTISMO

De classificação complexa e documentação recente, o autismo compreende um espectro de graus diversos de características e comportamentos. Concomitantemente, não há consenso sobre aspectos etiológicos, isto é, sobre sua causa. Elkis (2000) relata que, em 1893, o psiquiatra alemão Emil Kraepelin (1856-1926) lança a quarta edição do seu “Tratado de Psiquiatria” onde descreve quadros clínicos de demência precoce. Em 1908, o suíço Eugen Bleuler (1857-1939) estabelece distinções entre os pacientes, observando que nem todos se enquadravam na definição posta de demência, cunhando o termo esquizofrenia e descrevendo diversos subtipos do grupo, publicados em 1933.

Bleuler notou que uma das principais características dos pacientes esquizofrênicos era o comportamento autístico, com especial atenção para o embotamento afetivo. Diferentemente do arcabouço nosológico de hoje, à época, “[...] sintomas como delírios, alucinações, distúrbios do humor ou catatonia eram considerados não essenciais ao

diagnóstico e, portanto, acessórios.” (ELKIS, 2000, p.24). Por isso, o autismo era um comportamento, não um distúrbio ou doença mental.

Inspirado no trabalho de Bleuler, Howard Potter, médico do *New York State Psychiatric Institute and Hospital*, avaliou seis crianças cujos sintomas se manifestaram ainda no início da vida, como alterações no comportamento, falta de conexão emocional com outros seres humanos, culminando na ausência de socialização com o meio em que viviam. Na ocasião, Potter denominou este perfil psiquiátrico de esquizofrenia infantil. Aqui, o autismo ainda aparecia como uma característica, não um transtorno diferenciado.

Nos anos 1940, Leo Kanner, chefe do serviço de psiquiatria infantil do *John Hopkins Hospital*, em Baltimore, publica a pesquisa “Os distúrbios autísticos do contato afetivo”⁷, onde afirma que, desde o ano de 1938, estava intrigado por atender crianças cujas características e peculiaridades diferiam das apresentadas e conhecidas até então.

Um ano após a publicação de Kanner, o pesquisador e pediatra austríaco Hans Asperger, desconhecendo o trabalho anterior, avaliou crianças com dificuldades de interação social, mas que demonstravam habilidades cognitivas e de linguagem verbal preservadas. Outra curiosidade dizia respeito à linguagem não-verbal, que, contrariamente, se mostrava extremamente afetada.

Entre os anos 1960 e 1980, esquizofrenia e autismo foram termos inseridos oficialmente nas linguagens documentárias mais utilizadas no campo da saúde mental: o famoso *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM), publicado pela Associação Americana de Psiquiatria, e a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), da Organização Mundial da Saúde.

Nos anos 1980 e 1990, o autismo deixou de ser considerado uma psicose infantil e passou a ser visto como um Transtorno Global do Desenvolvimento. Na décima edição da CID, aprovada em 1990, e na quarta edição do DSM, em 1994, são descritos, além do autismo, a Síndrome de Asperger, o Transtorno Desintegrativo, a Síndrome de Rett e os quadros atípicos ou sem outra especificação. Na CID-10, autismo é um grupo e Síndrome de Asperger, outro.

Na última atualização do DSM, em 2013, e na décima primeira versão da CID, lançada em 2018 e que entrará em vigor a partir de 2022, no bojo do Transtorno do Espectro Autista,

⁷ Artigo disponível em: http://mail.neurodiversity.com/library_kanner_1943.pdf Acesso em: 13 jul. 2019.

excluiu-se a Síndrome de Rett⁸ e incluiu-se a Síndrome de Asperger. Por fim, o TEA passou a ser visto como um Transtorno do Neurodesenvolvimento.

Diferentemente da Síndrome de Down, que é resultante de uma cópia extra do cromossomo 21, no espectro autista foram sequenciadas até o momento centenas de mutações genéticas. Constatou-se também que, além da genética, fatores ambientais (por exemplo, trauma durante a gravidez ou infecções na gestação) impactam a formação neurológica da criança, podendo resultar em indivíduos autistas. Dadas às inúmeras possibilidades de combinação genética e condições ambientais que uma gestante está exposta e, além do fato de que cada gestante ser um corpo bioquímico diverso, pode-se concluir que o transtorno se apresentará de maneira única a cada indivíduo.

De causas inúmeras e efeitos múltiplos, é impossível estabelecer uma racionalidade generalizada, pois integrantes de uma mesma classe – TEA – expressam racionalidades completamente diferentes. Nesse sentido, o aspecto cultural do século XX foi decisivo para se pensar a genética autista. As hipóteses desenvolvidas por Kanner e Asperger não estavam isentas da interpretação deles próprios sobre o que significava ser homem e ser mulher: Kanner inicialmente relacionou a dificuldade de vínculo e interação da criança com possível frieza emocional e maus tratos maternos, disseminando a expressão “mãe-geladeira”. Já Asperger, que avaliou crianças intelectualizadas e com aspecto verbal preservado, imputou essas características à genética paterna.

Ao classificar cientificamente um transtorno, um conjunto de indivíduos é retirado de sua singularidade para integrar um grupo aparentemente homogêneo, uma classe onde são mais evidenciadas as semelhanças.

Ao focalizar o microcosmo do TEA, DSM e CID apontam preferencialmente características cognitivas, comportamentais e comunicacionais. Ao receber um rótulo, assume-se o risco de a classificação tornar-se a identidade pessoal do sujeito, onde ele se apresenta antes como um doente, depois como uma pessoa.

Por outro lado, é esse mesmo esquema classificatório que possibilitará a existência de estatísticas, políticas públicas, medicamentos, tratamentos e uma série de recursos que ofertará melhor qualidade de vida para tais indivíduos, uma vez que muitos são extremamente dependentes de seus cuidadores e apresentam sofrimento psíquico intenso.

⁸ Disponível em: <http://www.genoma.ib.usp.br/pt-br/servicos/consultas-e-testes-geneticos/doencas-atendidas/sindrome-de-rett> Acesso em: 13 jul. 2019.

Questionar a normatização social não significa minimizar dores e dificuldades pelas quais claramente as famílias e os pacientes enfrentam. Como afirmar que o autista é “só mais um modo de ser”, como se nenhuma consequência dali adviesse? Todavia, apesar das consequências notórias, é fundamental observar a construção dos conceitos, discursos e como as informações são organizadas acerca dos fenômenos e das identidades. Conforme as pesquisas de autores como Jung e Foucault apontam, outras formações sociais e abordagens epistêmicas parecem possíveis e poderão fornecer outros dados qualitativos acerca do próprio transtorno – é a linha que seguiremos nesse ensaio, que integra etapa preliminar de pesquisa mais ampla.

O neurocientista Laurent Mottron, em artigo publicado pela revista *Nature*, observa que os estudos sobre o autismo tendem a evidenciar os déficits, isto é, os indivíduos são classificados entre si e em relação aos neurotípicos a partir do que eles não fazem, não sabem ou não alcançam. Mottron (2011) propõe que nos dediquemos às semelhanças ou mesmo a possíveis vantagens. Em seu laboratório, reuniu oito indivíduos autistas: quatro assistentes de pesquisa, três alunos e um pesquisador.

Seus papéis não foram limitados a compartilhar suas experiências de vida. Eles estão lá por causa de suas qualidades intelectuais e pessoais. (...) Nenhum dos membros do meu laboratório é um *savant*. Eles são autistas comuns, que como um grupo, em média, muitas vezes superam os não-autistas em uma variedade de tarefas, incluindo medidas de inteligência. (MOTTRON, 2011, p. 33)

Com esse relato, Mottron (2011) não ignora as dificuldades reais vivenciadas por autistas e as pessoas ao seu redor, mas sua crítica tem por base à abordagem de alguns tratamentos e programas educacionais que buscam suprimir comportamentos apenas por serem diferentes do padrão. Segundo o neurocientista, é preciso analisar cada caso.

A humanização e ênfase nas vivências vai ao encontro do conceito de lugar de fala, trabalhado pela autora Djamilia Ribeiro (2017). Conquanto o foco de seu trabalho seja o feminismo – um dos focos históricos dos questionamentos do pensamento de Hope Olson dentro da CI -, com recorte nas mulheres negras, a essência da reflexão também se aplica aos sujeitos com transtornos mentais. Segundo ela, “quem possui o privilégio social possui o privilégio epistêmico” (RIBEIRO, 2017, p. 16). Ela complementa:

A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido (RIBEIRO, 2017, p. 16).

O conceito de lugar de fala não significa tão somente autoridade com base em experiências individuais, mas experiências que refletem sua condição social. No caso dos indivíduos em alguma vulnerabilidade, como mulheres, indivíduos LGBTQI+, negros e, no caso deste trabalho, autistas, lugar de fala se refere à falta de voz devido ao lugar social em que tais indivíduos são postos; à maneira que isso impacta no exercício da cidadania. O lugar de fala diz respeito ao silêncio e a violência estrutural de uma sociedade.

Se a linguagem (e isso inclui linguagens documentárias) permite a existência do ser no mundo, indivíduos cujas dificuldades são justamente a negociação por meio da linguagem, necessitam de terceiros para que seus direitos existam e sejam garantidos. Nem sempre autistas se tornam indivíduos verbais. E ser alguém não-verbal não é sinônimo de que se comunicará por outras linguagens, como os deficientes visuais utilizam o braile e pessoas surdo-mudas se expressam pela linguagem dos sinais. O autista não-verbal é alguém com comprometimento de interação social – área onde se constroem as significações da linguagem de determinado grupo. Essa parcela de sujeitos fica ainda mais suscetível à existência de porta-vozes.

Da mesma maneira que, ao abordar sobre lugar de fala das mulheres é preciso entender que o lugar de fala de mulheres brancas é diferente do de mulheres negras, o conceito fica ainda mais subdividido no âmbito do autismo. Logo, o autista está em relações de poder com o olhar da sociedade e com o discurso médico-científico, que constrói seu prestígio e sua autoridade⁹ a partir do momento em que afirma ter conhecimento sobre ambas as classes.

4 DE VOLTA AO ESPELHO OPACO DA CLASSIFICAÇÃO

Leitora de Foucault, Olga Pombo (2002) disserta sobre a perspectiva histórica da classificação dos seres e saberes. Segundo a autora, “tendo por base o estabelecimento de classes e suas respectivas fronteiras, a classificação mais não faz do que quebrar, violenta e arbitrariamente, a cadeia de imperceptíveis nuances que liga os seres entre si”. Embora exista essa cadeia de nuances em todo e qualquer ser humano, periodicamente as relações de poder demarcam categorias de prestígio, exclusão e submissão.

⁹ Conceitos debatidos originalmente pelo sociólogo Pierre Bourdieu.

Semelhantemente, Hjørland (2017) argumenta que a classificação é intrínseca à linguagem; se refere a um termo usado tanto sobre o processo de classificação quanto sobre o conjunto resultante de classes. O autor aponta a relação estreita entre teorias da classificação e Teoria do Conceito, de Ingetraut Dalhberg, visto que conceitos são construídos coletivamente e negociados. No domínio do autismo, o real ainda se define pelo que é comunicado e o prestígio se encontra na linguagem.

[...] tendo começado a me comunicar por texto, agora sou capaz de me expressar através da prancha de alfabeto e de um computador, e, por poder compartilhar o que sinto, percebo que eu também existo nesse mundo como um ser humano. (HIGASHIDA, 2006, p.48).

Como garantir que o que se sabe sobre sujeitos com autismo corresponde à realidade vivida e experienciada por eles uma vez que seus cérebros processam informação de maneira diversa, a linguagem é construída de maneira diversa e as manifestações sensoriais, emocionais e comportamentais podem esboçar significados diferentes para os neurotípicos? Essas são as perguntas que seguem em aberto e áreas como a educação e saúde se debruçam há alguns anos. Se comunicação, informação, linguagem e classificação emergem como elementos fundamentais do universo do TEA, onde se encontra o autismo na CI?

Notadamente, não se espera da CI que se dedique às investigações sobre etiologia do TEA, mas apoio ao ramo nosológico é possível. Se a prevalência atual estadunidense é de um autista a cada 59 pessoas, significa que cerca de 5 milhões e meio de autistas são cidadãos estadunidenses em 2019. Em termos de referência quantitativa, esse número excede à população total de países como Finlândia, Irlanda, Noruega e Croácia. Que tipo de informação está sendo produzida sobre essa numerosa população? Como se organiza e preserva? A população autista pode ser vista, da perspectiva da CI, como fonte de informação, mas também como grupo de usuários, sujeitos classificados e possíveis classificadores.

No contexto da indexação da produção científica, os vocabulários controlados mais utilizados são os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), desenvolvido pelo Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, e o *Medical Subject Headings* (MeSH), da *U.S. National Library of Medicine*. Ambos norteiam a indexação de documentos em bases de dados especializadas em saúde, como a LILACS (com foco em América Latina e Caribe) e a Medline.

Estruturado nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola, o DeCS foi desenvolvido a partir do MeSH cujo objetivo foi integrar as diversas bases virtuais de saúde em uma estrutura

semântica unificada. Atualizados anualmente, formam um vocabulário dinâmico totalizando 33.966 descritores e qualificadores.

No site da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), onde a edição atual do DeCS se encontra, realizamos a busca pelos termos relacionados ao autismo¹⁰. Em língua portuguesa, o sistema retorna três descritores: “transtorno autístico”, “Síndrome de Rett” e “transtorno do espectro autista”. O primeiro descritor indica “autismo”, “autismo infantil” e “Síndrome de Kanner” como sinônimos. Já o segundo, “Hiperamonemia cérebro-atrófica”, “Síndrome de Autismo-Demência-Ataxia-Perda do Uso Intencional da Mão” e “Síndrome de Autismo-Demência-Ataxia-Perda do Uso Proposital da Mão”. O terceiro indica “transtorno do espectro autista” e “transtorno do espectro do autismo”.

Apesar da definição de autismo nos descritores terem base no DSM, que salienta possíveis “distúrbios cognitivos” e desenvolvimento prejudicado na interação e na comunicação social, apenas o descritor Síndrome de Rett se relaciona com o descritor específico de deficiência intelectual. Nenhum descritor referente a transtornos de linguagem, inteligência emocional e comunicação se relaciona com os de autismo. Como o DeCS está pautado na edição atual da CID, que desmembra Síndrome de Asperger de Transtorno do Autismo, o descritor não os relaciona nem aponta termos sinônimos.

Ao realizar a mesma busca no MeSH, o cenário é diferente: o termo “*autism*” retorna nove descritores: “*autistic disorder*”, “*autism spectrum disorder*”, “*Rett Syndrome*”, “*Akinetic Mutism*”, “*Macrocephaly Autism Syndrome (supplementary concept)*”, “*AUTS2 Protein Human (supplementary concept)*”, “*AUTs2 Protein Mouse (supplementary concept)*”, “*Adenylosuccinate lyase deficiency (supplementary concept)*” e “*GoPro49 Protein Human (supplementary concept)*”.

O descritor “*autistic disorder*” indica os seguintes termos relacionados: “*Kanner’s Syndrome*”, “*Kanner Syndrome*” e “*Kanners Syndrome*”, “*Autism*”, “*Infantile Autism*” e “*Autism Infantile*”, “*Early Infantile*”, “*Early Infantile Autism*” e “*Infantile Autism Early*”.

Já o descritor “*autism spectrum disorder*” contempla como sinônimos “*spectrum disorders autism*” e “*autism spectrum disorders*”. Assim como o DeCS, o descritor referente à Síndrome de Rett também indica relação com o descritor de deficiência intelectual.

¹⁰ Pesquisa realizada em 09 de setembro de 2019.

Além do MeSH contemplar variações de entrada em um mesmo termo, relaciona os descritores do autismo de maneira mais ampla: não indica apenas termos associados à sua própria classe, mas aponta relação com possíveis efeitos ou comorbidades, como por exemplo, macrocefalia e afasia acinética (*Akinetic Mutism*). Esse último consta no DeCS, mas não faz nenhuma referência ao autismo em português, colocando apenas o termo como sinônimo do descritor em inglês. Interessante observar também que o MeSH complementa a busca com descritores referentes à genética, associando o TEA a proteínas e enzimas.

No que diz respeito às classificações bibliográficas, tanto a CDD quanto a CDU contemplam o TEA. Verificamos as edições 21 (livro físico) e 23 (mais atual, conteúdo disponível na *webDewey*¹¹) da CDD, em língua inglesa, e a 2ª edição, em livro físico da CDU, em língua portuguesa¹².

Na CDU, o termo identificado no index foi “autismo” com a notação 616.896, sendo 616 a classe “Patologia. Medicina clínica”; 616.8, “Neurologia. Neuropatologia. Sistema nervoso”, 616.89, Psiquiatria e variações, como psicoses e distúrbios do comportamento.

Ao consultar a CDD, identificou-se que o termo “*autism*” consta em três grupos: medicina (616.8982), pediatria (618.928982) e educação especial (371.94), com recorte em estudantes com distúrbios emocionais. Já a versão atualizada na *web* indica a seguinte estrutura: 600 (*Techonology*) -> 610 (*Medicine & Health*) -> 616 (*Diseases*) -> 616.8 (*Diseases of nervous system and mental disorders*) -> 616.85 (*miscellaneous diseases of nervous system and mental disorders*) -> 616.85/8 (*Personality, sexual, gender-identity, impulse-control, developmental, learning disorders, violent behavior, mental retardation*) -> 616.85/88 (*mental retardation, developmental and learning disorders*) -> 616.85/882 (*Autism*). No mesmo nível hierárquico do termo *Autism* o classificacionista alocou a classe 616.85/883 (*Other pervasive developmental disorders*) e, dentro desse grupo, 616.85/8832 (*Asperger Syndrome*).

Na versão atual, a decisão de classificação do termo “autismo” permanece relacionada com a educação especial (371.94), mas agora conta com outros números combinados: *autism-adolescent medicine; autism-therapy; autismo-etiology; autistic people-medicine-biography; autism-pediatrics* e *children with emotional disturbances-home care*.

¹¹ Disponível em: <https://www.oclc.org/en/dewey/webdewey.html> (Acesso em: 19 set. 2019)

¹² Pesquisa realizada em setembro de 2019.

Como termos associados, a *webDewey* indica: *attention-deficit-disordered children-education, autism-special-education hyperactive students, mentally ill people-education, people with mental illness-education*.

Já o termo “*autistic*”, na CDD atual, tem sete ocorrências. Além das citadas anteriormente, existe a notação 704/.0874: *Artists with mental disabilities* (combinação de *Miscellaneous specific groups of people + People with mental illness and disabilities*). Para Síndrome de Asperger, as combinações são: *Asperger syndrome-adolescent medicine* e *Asperger syndrome-pediatrics*.

Embora as classificações bibliográficas atuais contemplem maior abrangência de domínios do conhecimento identificando fronteiras com o autismo, as representações ainda não interligam áreas como comunicação, linguagem e questões sensoriais – amplamente presentes na realidade do TEA. Importa observar também que, apesar da referência a indivíduos com desordens emocionais, não foram encontradas combinações terminológicas sobre o tema na área da psicologia. A presença de uma notação específica sobre etiologia do autismo parece acompanhar o olhar genético, presente no debate acerca do TEA. No entanto, é um desdobramento da classe específica “doenças do sistema nervoso e transtornos mentais”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Nada sobre nós, sem nós” é um lema popular no movimento social das pessoas com deficiência. O objetivo é a inclusão e valorização dessas pessoas nos assuntos que as envolvem. Sem os autistas, pouco se pode falar sobre eles. É preciso conhecer suas peculiaridades, para que se possa compreender as facetas desse imenso espectro que se desvenda (e se constrói) paulatinamente.

Esta pesquisa não sugere o autismo apenas como modo diferente de ser por entender que os prejuízos funcionais estão para além da relação com as normas sociais. O objetivo foi discutir como os conceitos de poder, lugar de fala, normalidade e linguagem atravessam as diferentes esferas do Transtorno do Espectro do Autismo e verificar se a complexidade do TEA está contemplada nas linguagens documentárias. Por ser uma ciência social, faz parte da CI debater as questões do ser, sua história e suas relações com o mundo. Sob essa perspectiva e buscando responder à pergunta que motivou o presente trabalho, percebeu-se que os estudos de organização do conhecimento serão fundamentais para repensar linguagens

documentárias, especificamente, ao domínio do autismo. A relação entre descritores de vocabulários controlados como o DeCS, MeSH, CDD e CDU vai além de um artifício técnico para a indexação e recuperação de documentos. Por via dessa materialidade, conforme vimos com Frohmann e Foucault, consolidam-se enunciados e posições epistemológicas acerca do que é o TEA e de como ele será representado. Como toda classificação de doenças ou condição de saúde, as comparações são feitas a partir da identidade padrão (ou do corpo considerado saudável). Logo, os indivíduos são classificados pelo que não possuem, não fazem ou não conseguem. Nos instrumentos analisados, ganha força o olhar neurológico, embora o associe pouco a outras categorias da própria medicina, relevantes para o autismo. No escopo informacional, a problematização da pesquisa demonstra, pela via de uma teoria crítica da classificação, a vinculação direta das abordagens do domínio de informação em saúde na contribuição para a solução de tais fenômenos.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. **Veiled Sentiments: Honor & Poetry In A Bedouin Society**. University of California Press, 1992.

ELKIS, Helio. A evolução do conceito de esquizofrenia neste século. **Brazilian Journal of Psychiatry**. v.22, s.1, 2000.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: **A dimensão epistemológica da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. Organização: Mariângela Spotti Lopes Fujita, Regina Maria Marteleto e Marilda Lopes Ginez de Lara. São Paulo: Cultura Acadêmica; 2006.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel. Critical Organization of Knowledge in Mass Media Information Systems. **Knowledge Organization**, v. 41, n. 3, p. 205-206, 2014.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Desclassification in Knowledge Organization: a post-epistemological essay. **Transinformação**, Campinas, v.23, n.1, p. 5-14, jan./abr., 2011.

HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

HIGASHIDA, Naoki. **O que me faz pular**. Editora Intrínseca, 2013.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

HJORLAND, Birger. **Classification**. In.: *Encyclopedia of Knowledge Organization*. 2017. Disponível em: < <http://www.isko.org/cyclo/classification>>.

JUNG, Carl... et al. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2016.

KANNER, L. Autistic disturbances of affective contact. **Nervous Child**, Baltimore, v. 2, p. 217-250, 1943.

KLIN, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Brazilian Journal of Psychiatry**. v.28, 2006.

LANGRIDGE, Derek. **Classificação**: abordagem para estudantes de biblioteconomia. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

MOTTRON, Laurent. Changing perceptions: the power of autism. **Nature**, 2011.

OCLC Inc., **Dewey Decimal Classification**, 21ª ed, 1996.

OLSON, Hope. Sameness and Difference: A Cultural Foundation of Classification. **Library Resources & Technical Services**, v.45, n.3, p.115-22, 2001.

OLSON, Hope. Difference, Culture and Change: The Untapped Potential of LCSH , **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 29, n. 1-2, p. 53-71, 2000.

OLSON, Hope. Mapping Beyond Dewey's Boundaries: Constructing Classificatory Space for Marginalized Knowledge Domains. **Library Trends**, v. 47, n. 2, p. 253-254, 1998.

OMS, 2017. Disponível em: <http://decs.bvsalud.org>. Acesso em 09 de set. 2019.

POMBO, Olga. **Da classificação dos seres à classificação dos saberes**.2002. Disponível em www.uma.br. Acesso em: 01 ago. 2019.

PORTOCARRERO, Vera. **As ciências da vida: de Canguilhem a Foucault**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

UDC CONSORTIUM. **Classificação decimal universal**. Brasília: IBICT, 2007.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e linguagem**. [s.l.]: Martins Fontes, 1991.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

AGRADECIMENTOS

O presente estudo contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).